

FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E *LOBBYING* EMPRESARIAL NAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Manoel Leonardo Santos

Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e diretor do Centro de Estudos Legislativos da UFMG. *E-mail*: <manoelsantos@fafich.ufmg.br>.

Wagner Pralon Mancuso

Professor do curso de gestão de políticas públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Professor e orientador nos Programas de Pós-Graduação em ciência política e relações internacionais da USP. *E-mail*: <wpralon@hotmail.com>.

Ciro Antônio da Silva Resende

Doutorando em ciência política pela UFMG. *E-mail*: <ciro.sr@hotmail.com>.

Danilo Praxedes Barboza

Doutorando em ciência política pela USP. *E-mail*: <daniilopbarboza@hotmail.com>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2622>

Neste Texto para Discussão (TD), procura-se analisar a atuação dos grupos de interesse em comissões permanentes na Câmara dos Deputados. A questão central é: *em que medida o financiamento de campanha e o lobbying estão presentes nas comissões parlamentares?* Parte-se da premissa de que essas duas atividades são as principais estratégias daqueles grupos para influenciar o processo legislativo.

Para a análise empírica realizada neste estudo, foram selecionadas quatro comissões: a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP).

Os resultados mostram que, no âmbito das comissões, estas têm ganhado cada vez mais protagonismo no processo legislativo. Revelou-se, por duas vias, a expressão dos interesses organizados. No que diz respeito ao financiamento de campanha, algumas comissões analisadas mostraram um viés do financiamento de seus membros por empresas dos setores econômicos potencialmente afetados por suas decisões. Durante a 54ª legislatura, o financiamento empresarial setorial teve presença relevante em todas as comissões, mas há diferenças importantes. A CAPADR se destaca exatamente por se distinguir do plenário, ou seja, por apresentar viés setorial, tanto em termos da parcela de deputados com doações do setor, quanto pelo peso

desses recursos. No que concerne à CDEICS, à CFT e à CTASP, o mesmo viés não pode ser encontrado. Nessas comissões, apenas pontualmente, pode-se identificar, na comparação com o plenário, uma parcela maior de deputados que receberam doações do setor, e maior peso desses recursos nas suas receitas de campanha. Cumpre registrar, contudo, que isso não difere muito do conjunto dos deputados. Em suma, o viés setorial encontrado na CAPADR é claro, ficando pendente a confirmação para outras arenas do sistema comissional não analisadas neste estudo.

No que diz respeito à participação dos grupos que representam os interesses do empresariado no processo decisório, foram analisadas as *policy networks* que se formaram ao longo da legislatura analisada, a partir da participação desses grupos em audiências públicas. A ideia foi verificar em que medida os atores empresariais são centrais nessas redes, considerando a sua centralidade como uma *proxy* de sua capacidade de influência. A despeito da intensa atuação de órgãos do governo, verificou-se a predominância e a centralidade de grupos de interesse empresariais nas comissões, mas o empresariado não tem centralidade igual em todas as comissões. Em ambientes como a CTASP, empresários perdem protagonismo para as centrais sindicais de trabalhadores e os poderosos sindicatos de servidores públicos. O protagonismo dos grupos empresariais, entretanto, se verifica em comissões relevantes para a atividade econômica, como a CDEICS e a CFT.

A evidência descritiva apresentada neste trabalho sugere que houve significativa atuação política do empresariado em três das quatro comissões permanentes da Câmara dos Deputados analisadas. Esses achados são indícios de que empresas gozam de influência desproporcional naquelas comissões, *vis-à-vis* a representação dos trabalhadores e demais segmentos organizados da sociedade civil.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Texto para Discussão